



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE  
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

**INFORME BRASIL Nº 11/2021**

Período: 10/04/2021 - 16/04/2021

**GEDES – UNESP**

- 1- Tribunal de Contas da União apontou que Hospital das Forças Armadas cortou leitos de Unidade de Terapia Intensiva
- 2- Colunista comparou o enfrentamento de meningite durante o regime militar com a atual gestão do governo Bolsonaro em relação ao coronavírus
- 3- Congresso Nacional planeja substituir a Lei de Segurança Nacional, herança do regime militar
- 4- Colunista comentou estado atual da economia e instituições de Estado no Brasil
- 5- Editorial comentou crime cometido por membros do Exército e morosidade da Justiça Militar
- 6- Militares representarão o governo no Conselho de Administração da Petrobrás
- 7- Agência Brasileira de Inteligência é suspeita de ter ajudado Flávio Bolsonaro em investigação
- 8- Em livro, Eduardo Cunha, declarou que foi procurado pelo general Eduardo Villas-Bôas meses antes do impeachment de Dilma Rousseff
- 9- Ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu trechos de decretos de Bolsonaro que facilitavam posse e porte de armas de fogo
- 10- Arthur Lira anulou a convocação de Braga Netto para explicar a compra de cerveja e picanha pelas Forças Armadas
- 11- Bolsonaro muda o tom e se refere às Forças Armadas como “suas”, e não mais “minhas” como havia feito anteriormente
- 12- Governo analisa possibilidade de manter os militares combatendo o desmatamento na região amazônica
- 13- Militares indicados pelo governo para cargos na saúde indígena são acusados de agravar crise sanitária

**1- Tribunal de Contas da União apontou que Hospital das Forças Armadas cortou leitos de Unidade de Terapia Intensiva**

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o Tribunal de Contas da União (TCU) apontou em um relatório técnico que o Hospital das Forças Armadas (HFA) cortou 20 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e deixou de abrir outros 25 previstos em um contrato emergencial para lidar com a pandemia da COVID-19. Assinado em maio de 2020 com uma empresa privada e com os recursos públicos pagos pelo Ministério da Defesa, o contrato previa a oferta de

até 50 leitos de UTI, ao custo inicial de R\$ 24,9 milhões, até novembro do mesmo ano. O TCU também determinou que os hospitais militares divulgassem suas taxas de ocupação, demonstrando que no HFA 3 dos 40 leitos de UTI estão disponíveis, além de 24 dos 68 leitos de enfermaria. A Defensoria Pública da União (DPU) protocolou uma ação na Justiça Federal pedindo a participação do HFA, do Hospital da Força Aérea em Brasília e do Hospital Naval da Marinha no sistema público de saúde, ofertando os leitos disponíveis de UTI e enfermaria aos civis. Por outro lado, dois dias depois da publicação da reportagem, no dia 12/04/21, foi divulgada pela *Folha* em seu painel de respostas dos leitores uma mensagem redigida por Carlos Chagas Vianna Braga do Centro de Comunicação Social da Defesa. Segundo Braga, a matéria “não é verdadeira”, afirmando que desde o início da pandemia o HFA aumentou os seus leitos de UTI de 13 para 40, estando com 93% de ocupação, negando também que o TCU disse terem havido cortes de leitos de UTI existentes, sendo que na verdade o TCU teria dito que houve uma redução de um contrato para um possível aumento de leitos. Por fim, afirmou que “o HFA opera no limite de sua capacidade física e humana”. Como contrarresposta, o jornalista da *Folha* Vinicius Sassine disse que a reportagem não afirmou cortes nas UTIs existentes, mas sim nas previstas em contrato, como foi dito em auditoria do TCU. (Folha de S. Paulo - Saúde - 10/04/21; Folha de S. Paulo - Painel do Leitor - 12/04/21)

2- Colunista comparou o enfrentamento de meningite durante o regime militar com a atual gestão do governo Bolsonaro em relação ao coronavírus  
Em sua coluna opinativa para periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Elio Gaspari comparou o enfrentamento da epidemia de meningite, durante o regime militar (1964-1985), com o enfrentamento da pandemia de coronavírus, no governo de Jair Bolsonaro. Segundo Gaspari, recentemente o jornal francês *Le Monde* lembrou em uma reportagem a campanha de vacinação brasileira responsável por imunizar 80 milhões de pessoas em alguns meses. Em sua visão, nesse período, o Brasil se equilibrava entre o atraso e o progresso. Ainda que tenha buscado a vacinação, o Serviço Nacional de Informações se opunha às notícias, alegando que os fatos eram explorados pelos meios de comunicação. Desta forma, para Gaspari, atualmente o atraso tem prevalecido. (Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 11/04/21)

3- Congresso Nacional planeja substituir a Lei de Segurança Nacional, herança do regime militar

De acordo com os jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, os líderes partidários dentro do Congresso Nacional planejam com urgência a substituição da Lei de Segurança Nacional (LSN) pela nova Lei do Estado Democrático de Direito. Aprovada em 1983, ainda durante o regime militar (1964-1985), a LSN abria brechas jurídicas para perseguições e; após a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que motivou ataques por parte do presidente da República Jair Bolsonaro; a substituição da lei ganhou uma nova urgência. Segundo o *Correio*, o abandono da nova lei seria para “evitar perseguições e ataques às liberdades, venha de onde vier”, indicando assim uma repreensão tanto do STF - que estaria tentando modular a lei que até o momento é alvo de quatro ações na corte - quanto ao

presidente Bolsonaro - que também já foi acusado de usá-la para perseguir críticos de seu governo. Todos os partidos, até os mais bolsonaristas - especialmente após a prisão do deputado federal Daniel Lucio da Silveira pelo STF -, têm interesse em substituir a lei, porém, ainda há divergências sobre o formato exato da nova Lei do Estado Democrático de Direito. Além disso, em coluna opinativa no periódico *O Estado de S. Paulo*, o jornalista José Roberto Guzzo criticou a manutenção do inquérito aberto contra o jornalista Oswaldo Eustáquio, pelo STF baseado na LSN. Segundo o colunista, Oswaldo Eustáquio foi detido no dia 18/12/20, em inquérito aberto pelo ministro do STF, Alexandre de Moraes, por supostamente ter “instigado uma parcela da população” e promover o antagonismo ao Congresso Nacional e ao STF. Contudo, Guzzo argumentou que é possível discordar das falas de Oswaldo Eustáquio e ainda assim, achar incorreta e ilegal a prisão do jornalista. A *Folha* destacou que especialistas consultados pelo periódico consentiram que a LSN é incompatível com um regime democrático e que o Congresso Nacional deve revisitá-la, mas divergiram em determinados pontos críticos que precisam ser analisados com cautela e alertaram que “o novo texto pode trazer riscos e que é preciso um debate aberto à sociedade”. A *Folha* apontou que a nova lei poderá ser nomeada como Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito e seus termos seguem em discussão no plenário, podendo sofrer alterações. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, um grupo de 70 entidades da sociedade civil divulgou um manifesto com críticas ao debate, “de forma açodada”, sobre a lei pelo Congresso. O documento – intitulado Pacto Pela Democracia – propõe a reformulação da LSN, mas sugere “participação e amplo debate” com a sociedade civil antes da votação de um novo marco legal. Segundo o jornal, assinam a nota conjunta a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Conectas Direitos Humanos, Fundação Tide Setúbal, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Instituto Igarapé, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), WWF Brasil, Oxfam Brasil, entre outras entidades e movimentos sociais. Segundo elas, há preocupação com a possibilidade de a reforma da LSN abrir caminho para a criminalização de movimentos sociais e correntes políticas. (Correio Braziliense - Política - 12/04/21; Folha de S. Paulo - Poder - 13/04/21; O Estado de S. Paulo - Política - 11/04/21; O Estado de S. Paulo - Política - 14/04/21)

#### 4- Colunista comentou estado atual da economia e instituições de Estado no Brasil

Em uma coluna opinativa no jornal *Correio Braziliense*, o político Roberto Lúcio Rocha Brant criticou a situação atual vivenciada pelo Brasil. No texto, a conjuntura política, a pandemia e as perspectivas para o futuro e economia do país são tratadas com muito pessimismo. Em sua coluna Brant remontou a crise entre o presidente da República Jair Bolsonaro e as Forças Armadas ocorrida no fim de março de 2021, dizendo que a democracia “pareceu sob ameaça” por causa de um “impulso criativo” vindo do chefe do Executivo de reformar as lideranças do Ministério da Defesa e das Forças Armadas. Segundo o colunista, o Brasil reencenou “um tipo de drama rotineiro na vida das acidentadas repúblicas da América Latina”, vendo o episódio também como uma “volta para o passado”. Para o político, a crise foi algo tão ímpar que pareceria uma “obra de ficção e não da realidade”. Porém, ele também completa que para a surpresa

de muitos, as lideranças políticas nacionais vieram “a público para reafirmar que a democracia brasileira é inegociável” e que os militares não estão a serviço de qualquer governo, mas sim do Estado brasileiro. Por esse movimento inesperado em um contexto que remonta o passado, Brant completa que “a história nos pregou uma peça”. Por fim, após uma leitura das baixas expectativas de crescimento econômico, indicando uma recuperação lenta, o autor completa que o desenvolvimento da economia e melhor redistribuição de riqueza (algo consequentemente ligado à superação da pandemia) são essenciais para que a nação saia desse “risco de desordem”, onde para ele “a democracia não tem como sobreviver”. (Correio Braziliense - Brasil - 12/04/21)

#### 5- Editorial comentou crime cometido por membros do Exército e morosidade da Justiça Militar

Em editorial, o jornal *Folha de S. Paulo* comentou o caso da morte do músico Evaldo Rosa dos Santos no dia 07/04/19. Segundo o jornal, há dois anos atrás, na Vila Militar no Rio de Janeiro, militares do Exército dispararam 257 tiros contra o carro do músico, onde também se encontravam mais quatro pessoas, incluindo uma criança de 7 anos de idade. Dentre as vítimas, Santos faleceu; um dos passageiros, o sogro do músico, foi internado, mas sobreviveu; e o catador de lixo Luciano Macedo, que tentou ajudar os civis, também foi atingido e hospitalizado, contudo, veio a óbito 11 dias depois. O editorial apontou que mesmo após 2 anos das mortes os 12 militares acusados pelo crime permanecem impunes, uma vez que tiveram seu julgamento perante a Justiça Militar adiado novamente. A *Folha* descreveu em tom crítico a morosidade do processo na Justiça Militar, apontando-a como contrastante com a gravidade da situação. O caso já foi adiado duas vezes, os acusados foram ouvidos apenas em dezembro de 2019, apresentaram visões desconexas dos fatos e tentaram culpabilizar Macedo, dizendo que ele havia atirado antes e já tentou roubar um veículo. Por outro lado, nenhuma arma foi encontrada junto ao catador. Esse depoimento baseia-se no uso da legítima defesa para justificar o ato, dizendo que, por isso, estaria dentro da lei. Nisso, o jornal também classifica como “no mínimo questionável que militares processados por crimes dolosos contra a vida de civis” tenham julgamento perante a Justiça Militar - uma regra sancionada pelo então presidente da República Michel Temer. Na época, o Comando Geral do Exército tinha afirmado à *Folha* que as punições perante a Justiça Militar seriam tratadas com mais rigidez e celeridade quando se tratasse de crimes cometidos durante operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), apesar disso, os acusados não participavam da GLO, mas sim do patrulhamento regular do perímetro de segurança da Vila Militar. Com isso, o jornal também classificou como abusivo o uso das operações nos últimos anos para o combate à violência, “quando seria preferível o emprego de policiais cedidos à Força Nacional de Segurança Pública”. Por fim, o editorial completou que “quando militares se aventuram a fazer policiamento sem o mandato legal, o treinamento e o controle necessários, é de grande o risco de brutalidades como essa”. (Folha de S. Paulo - Opinião - 12/04/21)

6- Militares representarão o governo no Conselho de Administração da Petrobrás  
De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o general Joaquim Silva e Luna foi aprovado pelos acionistas da Petrobras para assumir a presidência da estatal, substituindo Roberto Castello Branco, demitido em fevereiro. Os periódicos noticiaram que, em assembleia geral de acionistas ocorrida no dia 12/04/21, ficou evidenciado que o governo federal conseguiu conter a ofensiva dos sócios minoritários que vinha sendo especulada e logrou eleger sete dos oito nomes indicados para compor o Conselho de Administração da companhia. A *Folha* informou que tais eleições se fizeram necessárias após a nomeação do general Silva e Luna para a presidência da companhia pelo presidente da República Jair Bolsonaro, episódio que gerou uma “debandada” dos conselheiros então atuantes. Dentre as 11 figuras indicadas pela União, algumas já foram aprovadas com unanimidade. Além de Silva e Luna, outros dois integrantes das Forças Armadas representarão o governo: o almirante da Marinha do Brasil Eduardo Bacellar Leal Ferreira e o oficial da reserva Ruy Flaks Schneider, que foram reconduzidos. Bacellar continuará na presidência do Conselho. Havia a expectativa de que a eleição seria usada pelos sócios minoritários da empresa para abrir uma “ofensiva” a fim de limitar novas interferências do governo federal na atuação da Petrobrás, o que não ocorreu. O *Estado* ressaltou que Silva e Luna ainda precisará da aprovação do novo colegiado para assumir a direção da companhia, em data a ser definida. (Folha de S. Paulo - Mercado - 12/04/21; Folha de S. Paulo - Mercado - 13/04/21; O Estado de S. Paulo - Negócios - 13/04/21)

7- Agência Brasileira de Inteligência é suspeita de ter ajudado Flávio Bolsonaro em investigação

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, os deputados federais Marcelo Ribeiro Freixo e Orlando Silva de Jesus Júnior requisitaram a presença do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, no Congresso Nacional para prestar esclarecimentos na Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência, órgão do Poder Legislativo. O motivo seria questionar o militar a respeito de supostos usos da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em prol do senador Flávio Bolsonaro nas investigações de corrupção por “rachadinha”. Além de Heleno, foi também convidado o diretor da agência, Alexandre Ramagem, o qual nega as acusações e já afastou um funcionário acusado de “vazar informações falsas” da Abin. (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 12/04/21)

8- Em livro, Eduardo Cunha, declarou que foi procurado pelo general Eduardo Villas-Bôas meses antes do impeachment de Dilma Rousseff

Conforme noticiou o jornal *Folha de S. Paulo*, o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, cassado, relatou em seu livro recém-lançado que se encontrou com o general Eduardo Villas-Bôas em agosto de 2015, quando este era Comandante do Exército. Segundo o ex-deputado, o general o convidou à época para uma viagem à Amazônia, na qual manifestou preocupação com a “situação política” do país. Entrevistado pela *Folha*, Cunha negou ter sido procurado por militares para discutir o impeachment da ex-presidenta da República Dilma Rousseff, afirmou que Villas-Bôas lhe contactou para expressar

sua preocupação e que naquele momento lhe contou que jantaria com o então vice-presidente da República Michel Temer "para estreitar relações e, ao mesmo tempo, conhecer suas ideias". Conforme Cunha, naquele momento o *impeachment* já era cogitado por Temer. Cunha relatou também que Villas-Bôas estava incomodado com os rumores de que o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva poderia assumir o Ministério da Defesa. Além disso, para Cunha, os militares que então trabalhavam próximos à Dilma atuavam como "fontes de informações para os comandantes". "Ele demonstrava conhecer a rotina do palácio com uma desenvoltura que não seria possível sem fontes internas. [...] Dilma não sabia, mas era vigiada o tempo todo dentro do palácio". (Folha de S. Paulo - Poder - 13/04/21)

9- Ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu trechos de decretos de Bolsonaro que facilitavam posse e porte de armas de fogo

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu treze trechos de quatro decretos publicados no Carnaval pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, que pretendiam flexibilizar a posse e o porte de armas e reduziam a fiscalização do Exército sobre a circulação de armas. As suspensões impedem que o limite de posse de armas de fogo permitidas por cidadão civil comum suba de quatro para seis e que policiais, magistrados, agentes prisionais e integrantes do Ministério Público tenham permissão para adquirir até duas armas de fogo para uso restrito. Além disso, a ministra revogou a previsão que dispensava a autorização prévia do Comando do Exército no processo de aquisição de armas por caçadores, atiradores e colecionadores (CACs). A decisão de Weber visa que projéteis de munição para armas de calibre máximo de 12,7 mm e máquinas e prensas para recarga de munições, carregadores e miras telescópicas continuem sob controle do Exército, o que Bolsonaro havia revogado. Segundo a *Folha*, a decisão será analisada pelos outros ministros em sessão virtual da Corte entre os dias 16 e 24 de abril, período em que depositarão seus votos no sistema, referendando ou revogando a decisão de Weber. Em uma análise para a *Folha*, o professor de direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e coordenador do Supremo em Pauta, Rubens Glezer, afirmou que a decisão da ministra teve o objetivo de impedir que o presidente utilize decretos como mecanismo para se esquivar de recorrer ao Congresso Nacional para atingir seus objetivos e burlar a lei, nesse caso, a Lei nº 10.826/2003, conhecida por "Estatuto do Desarmamento". Segundo a *Folha*, "ainda há tempo para que o Legislativo barre a ofensiva do Planalto. Já o plenário do STF fará bem em esclarecer os limites para o uso de decretos a respeito desse tema". (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 13/04/21; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 14/04/21; Folha de S. Paulo – Opinião – 14/04/21)

10- Arthur Lira anulou a convocação de Braga Netto para explicar a compra de cerveja e picanha pelas Forças Armadas

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, acatou um recurso do líder do governo na Casa, o deputado federal Ricardo Barros, e anulou a convocação do ministro da Defesa, general Braga Netto, para explicar a compra de cerveja e picanha pelas Forças Armadas. No final de março, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara,

utilizou o requerimento de autoria do deputado federal Elias Vaz, que inicialmente era destinado ao ex-ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, para convocar Braga Netto a depor sobre os processos de compra para as Forças Armadas, uma vez que houve indícios de superfaturamento. Entretanto, de acordo com Lira, quando o requerimento foi aprovado, Braga Netto ainda não havia sido empossado no cargo de ministro, o que só ocorreu no dia 01/04/21, portanto, o mesmo não poderia ser convocado. A *Folha* destacou que Vaz criticou a decisão do presidente da Câmara e disse que vai recorrer no Supremo Tribunal Federal para contestá-la, pois “Arthur Lira está passando por cima de uma prerrogativa constitucional do Parlamento, que é o direito de fazer uma convocação”, além disso, o regimento não diz que é necessário colocar o nome do ministro, mas sim que o titular da pasta precisa comparecer pessoalmente após ser convocado (Folha de S. Paulo - Poder - 15/04/21)

#### 11 - Bolsonaro muda o tom e se refere às Forças Armadas como “suas”, e não mais “minhas” como havia feito anteriormente

Conforme noticiou o periódico *Folha de S. Paulo*, o presidente da República Jair Bolsonaro usou o pronome possessivo “suas” para se referir às Forças Armadas, passando a ideia de que elas pertencem à população, em uma cerimônia militar na última quinta-feira, dia 15/04/21, mudando o tom anteriormente adotado ao falar “minhas Forças Armadas” e “nossas Forças Armadas”, referindo-se a elas como se fossem uma força militar pessoal, o que havia sido interpretado como uma tentativa de politização das FFAA e gerou fortes polêmicas. Além disso, Bolsonaro também declarou que não vai decretar lockdown nacional nem utilizar o Exército para “obrigar o povo a ficar em casa”. Ademais, a *Folha* também ressaltou que em frente ao Comando Militar do Sudeste, onde ocorreu a cerimônia, reuniram-se cerca de 100 manifestantes pedindo por "intervenção militar com Bolsonaro no poder", porém o presidente não falou com os apoiadores na saída como esperavam. (Folha de S. Paulo - Poder - 16/04/21)

#### 12- Governo analisa possibilidade de manter os militares combatendo o desmatamento na região amazônica

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, devido à pressão internacional sobre a política ambiental adotada pelo presidente da República Jair Bolsonaro e a aproximação do período de seca, o governo avalia a reedição de uma Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para manter os militares combatendo crimes ambientais na floresta Amazônica até novembro deste ano, quando termina o período de estiagem, contrariando a decisão inicial de encerrar a atual operação a partir de 1º de maio. As discussões sobre a GLO ocorrem pouco antes da Cúpula de Líderes sobre o Clima, onde o governo brasileiro pretende defender o investimento de países ricos no combate ao desmatamento na floresta Amazônica e apresentar um plano para a preservação da mesma. Neste contexto, o Brasil precisa sinalizar o seu compromisso com as questões ambientais antes da cúpula. Além disso, os órgãos federais sofrem com restrições orçamentárias e operacionais que dificultam a fiscalização de crimes ambientais sem o apoio dos militares. Portanto, o fim da GLO significaria um

obstáculo à obtenção de resultados positivos no combate ao desmatamento na região amazônica. (Folha de S. Paulo - Mundo - 16/04/21)

### 13- Militares indicados pelo governo para cargos na saúde indígena são acusados de agravar crise sanitária

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o governo indicou dois militares para coordenarem Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), unidades de responsabilidade sanitária federal correspondentes a terras indígenas, os quais foram acusados de má gestão e de agravarem a crise sanitária em suas gestões. Um dos indicados foi o capitão do Exército Tércio Alexandre Pimentel, que assumiu o comando do DSEI-Leste Roraima em maio de 2020 e está sendo investigado por distribuição de cloroquina aos indígenas. Outro militar que assumiu um DSEI foi o major do Exército Francisco Dias Nascimento Filho, indicado em julho de 2019 para se tornar coordenador do DSEI Yanomami, foi acusado de andar armado pelo distrito e de intimidar funcionários e membros do movimento indígena. O major foi demitido do cargo um ano após assumi-lo. De acordo com a *Folha*, o Exército afirmou que ambos os militares indicados estão na reserva e que “a Força não realizou qualquer indicação ou proposta institucional de militares da ativa ou da reserva para ocupar os cargos constantes da demanda apresentada”. (Folha de S. Paulo - Saúde - 16/04/21)

## **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## **Equipe:**

Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Henrique Muniz Fernandes (Redator, graduando em Relações Internacionais); Jonas de Paula Vieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Lisa Barbosa (mestranda em Relações Internacionais); Leonardo Pontes Vinho (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais).